

- II -**O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO TEXTO DO
PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL (PNAES)****Adão Rogério Xavier Silva**Universidade Federal do Acre – UFAC
adaorxs@gmail.com**Gerson da Silva Januário**Universidade Federal do Acre – UFAC
ger5668@gmail.com**Jessiane Gisele Barroso da Silva**Universidade Federal do Acre – UFAC
jessianegisele@hotmail.com**Mark Clark Assen de Carvalho**Universidade Federal do Acre – UFAC
markassen@yahoo.com.br**INTRODUÇÃO**

Para efeitos deste estudo tomou-se como delineamento o contexto da produção do texto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹, tendo como referência uma adaptação das questões norteadoras formuladas por Vidovich (2002) e apresentadas por Mainardes (2006). Assim, buscou-se conhecer: Quando se iniciou a construção do texto da política? Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Quais os grupos excluídos? Houve espaço para a participação ativa dos profissionais envolvidos na construção dos textos? Como o texto (ou textos) da política foi (foram) construído (s)? Quais as vozes presentes e ausentes? Quem são os destinatários (leitores) do texto elaborado?

¹ Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e, Decreto Lei nº 7.234 de 19 julho de 2010.

Com este propósito, o estudo sustentou-se na abordagem do ciclo de políticas como instrumento de análise, a partir da interlocução que Mainardes (2006) faz dos pesquisadores Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994).

DESENVOLVIMENTO

Nas balizes da abordagem do ciclo de política tem-se a concepção de que

A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (Bowe et al., 1992 *apud* MAINARDES, 2006, p. 52).

Nesse sentido, é possível que se faça a análise dos resultados de disputas e acordos dos grupos que atuam no contexto da produção do texto para o controle das representações, por meio de uma revisão bibliográfica, análise documental, realização de entrevistas e outros. No caso em estudo, utilizou-se da revisão bibliográfica e da análise documental conforme a seguir.

Em uma perceptiva indireta a construção do texto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), iniciou-se entre o período dos anos de 2000 e 2001, quando na movimentação empreendida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) junto a Câmara dos Deputados, visando a inclusão da assistência estudantil no Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE) 2001/2010. É a partir destas interversões que advém a percepção política que irá cimentar a busca pela consolidação de um documento mais amplo.

Por outro lado, em uma perceptiva literal da questão, a construção do texto da política investigada, iniciou-se após a menção do PNAES no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)², no período de abril de 2007. Daí então, o FONAPRACE em concordância com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES), atualizou a proposta do enunciado “documento mais amplo” em junho de 2007, e em dezembro do mesmo ano, tem-se a publicação da Portaria Normativa nº 39 do MEC instituindo o PNAES.

² O PDE previa um aporte de recursos na ordem de R\$ 8 bilhões de reais para a manutenção e desenvolvimento da educação nos próximos dez anos.

Identificou-se como compositores do grupo de interesse na concepção positiva e relevante da questão tratada, os representados no processo de produção do texto do PNAES os seguintes: a) Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); b) Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); c) os estudantes através da União Nacional dos Estudantes (UNE), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos (CA); d) Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE); e) Ministério da Educação no governo Lula 2003/2010³. Na mesma direção, observa-se em Costa (2010) e Kowalski (2012) que a trajetória trilhada para a consolidação da assistência estudantil enquanto política pública de direito é marcada pela partição de atores coletivos.

Não se identificou grupos excluídos no processo da produção do texto, isto é, não se teve grupo totalmente a margem da discussão quanto na elaboração do texto. Entretanto, é possível identificar a concentração da produção do texto nas mãos do FONAPRACE e ANDIFES, embora que resultado final acolha a todos, isto é, o movimento estudantil, não se descarta a hipótese de exclusão dos estudantes, sobretudo se levado em consideração suas limitações financeiras para uma participação mais ampla nas reuniões do FONAPRACE. Talvez, uma análise específica sobre essa questão poderia desvelar melhor os bastidores das reuniões e encontros organizados pelo FONAPRACE e ANDIFES.

Por profissionais envolvidos na construção dos textos, tem-se principalmente os professores universitário de diversas áreas do conhecimento, técnicos administrativos das IFES e os representantes políticos e técnicos das instancias de governo. Estes, utilizaram como espaço para sua participação ativa as reuniões ordinárias e encontros organizadas pelo FONAPRACE e ANDIFES, bem como dos espaços de encontros oficiais realizados por representantes do FONAPRACE/ANDIFES e as instituições de governo. Logo, afirma-se que houve espaço para participação ativa dos profissionais envolvidos.

Os textos do PNAES foram construídos de maneira progressiva, sempre em atenção ao movimento da conjuntura política, no que tange as percepções de Assistência Estudantil situadas nas edições dos documentos por parte Estado, dada a sensibilidade a temática pela gestão do governo Lula e/ou interesse/necessidade da Assistência Estudantil (AE) para consolidar uma política de governo de Reestruturação e Expansão das Universidades

³ Está interligação de interesse aqui levantada da margem para a seguinte provocação, mesmo sem pretensão de aqui responde-la, diante a inexistência do REUNI o PNAES teria sido institucionalizado? Uma vez que o MEC ao tratar do PNAES tente a considera-lo primeiramente como suporte do REUNI e não como uma política pública autônoma.

Federais –REUNI, bem como dos avanços das pesquisas que traçaram o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES. Nestas circunstâncias, a relação da sociedade civil representada sobretudo pelo FONAPRACE e ANDIFES percebe-se uma flexibilidade maior para tratar as questões de Política de Assistência Estudantil (PAE) junto as instâncias de governo na gestão do governo Lula 2003/2010.

Por vozes presentes no contexto da criação do texto tem-se as vozes dos grupos de interesses acima identificado. Vale lembrar o protagonismo da interlocução realizada pelo FONAPRACE na tratativa das questões de AE junto as instâncias de governo. Por vozes ausentes não houve identificação manifesta.

Os leitores destinatários da política em análise são as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aqui tem-se, as Universidades Federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência Tecnologia. No tocante aos destinatários a serem beneficiados tem-se os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das IFES acima referenciadas.

CONCLUSÃO

Nos limites desta produção, infere-se que que análise em questão possibilitou perceber que seja na forma de Portaria Normativa nº 39 instituída em 12 de dezembro de 2007, seja na forma de Decreto Lei nº 7.234 de 19 julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não foi elaborado e finalizado em seu momento legislativo, seus textos vinculam-se com a conjuntura de tempo e espaço da sua produção, com a historicidade dos movimentos basilares para sua escrita, com as contradições, disputas e acordos em prol do controle de sua representação.

REFERÊNCIAS

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Org: ANDIFES. UFU, PROEX: 2012.

KOWALSKI, Aline. Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n.94, p. 47-69, 2006.